

079 III 2004
09 III 2004

Sarney faz balanço positivo, mas critica MPs

José

Presidente do Senado ressalta que medidas atrapalharam os trabalhos no Congresso

CIDA FONTES

BRASÍLIA – O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), fez um balanço positivo do semestre mas criticou o excesso da edição de medidas provisórias editadas pelo governo, que atrapalharam o andamento das votações no Congresso durante o primeiro semestre. Ele defendeu mudanças nas regras para sua edição e afirmou

ser um instrumento que está destinado a ser limitado.

Segundo Sarney, o executivo não pode ficar “tolhido” em tomar medidas para adoção de atos imediatos, citando por exemplo o de natureza econômico-financeira, calamidades e segurança nacional. Mas não concorda com a extrapolação dessas situações como motivo para a edição de MPs. “Fora daí é um absurdo o Presidente da República poder editar uma MP para legislar sobre direito civil, penal e processual e sobre a vida das pessoas, numa medida que no dia passa a ser lei”, afirmou.

“Evidentemente é um ins-

trumento que está destinado a ser limitado.” Sarney citou, por exemplo, que já se editou MP até mesmo para compra de carro para autoridade.

Ao mesmo tempo que critica o excesso de medidas provisórias, apesar de admitir que o ritmo já diminuiu, ele acha também ser preciso retirar algumas funções do Congresso, que são de natureza administrativa. É o caso do salário mínimo. Segundo o senador, o assunto

não deveria ser decisão do Congresso. “O salário mínimo deve ter regras fixas mas foi transformado em moeda de in-

dexador e gera frustrações porque o trabalhador nunca terá o que a economia pode pagar”, afirmou.

Sarney ressaltou a aprovação de algumas matérias importantes esta semana, como a MP da Cofins, a reforma do Judiciário, a fixação da data do plebiscito para o desarmamento e o código tributá-

rio. “Encerramos o ano bem”, disse, corrigindo-se logo em seguida. Ele admitiu que a eleição municipal em outubro vai parar um pouco as atividades do Legislativo no segundo semestre. Ele acredita que dá para avançar em algumas votações em agosto, concluindo a reforma do Judiciário.

Em relação ao projeto das Parcerias Público-Privadas (PPP), disse que ele ainda precisa de uma negociação política. Sobre o projeto que trata da biossegurança, o senador acredita que será aprovado, mas está dentro do elenco de propostas que têm mais dificuldades para serem votadas.

USO DO
DISPOSITIVO
DEVE SER
LIMITADO, DIZ